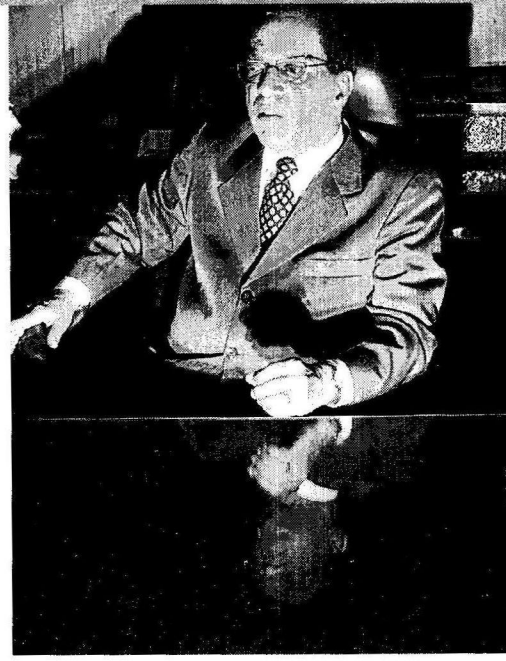


ENTREVISTA // LÉCIO RESENDE



Presidente do TJ é contra restrição ao fumo, o exame e as manifestações da Ordem dos Advogados do Brasil

SAMANTA SALLUM E RENATO ALVES
DA EQUIPE DO CORREIO

O desembargador Lécio Resende da Silva é um homem discreto. Justifica que o Brasil vive um momento em que "se deve fazer mais e falar menos". No entanto, não se furta de dar opiniões que podem gerar polêmica. Recém-empossado na presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal

(TJDF), o magistrado de 64 anos revela pela primeira vez crítica contundente ao exame para tirar carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Essa é uma exigência descabida. Restringe o direito de livre exercício da profissão, que o título universitário habilita", reforça. Governador em exercício do DF entre terça-feira e ontem, garante que é imune à mosca azul que mordeu outros colegas magistrados seduzidos pela política.

"Eu não sou político, nunca fui, jamais pretendo ser. Eu não tenho vocação para isso."

Lécio Resende adianta que foi autorizado novo concurso para juiz do TJDF. O edital será publicado "nos próximos". Dois são os motivos para a rapidez na liberação do exame. Um é que a seleção costuma ser demorada. O último concurso do TJDF teve o edital divulgado em julho de 2005. A homologação foi feita no

mês passado. No último concurso, que oferecia 58 vagas, apenas três pessoas foram aprovadas. Por causa da alta reprovação, o presidente do tribunal prevê mudanças no formato da seleção pública. Acredita que há falhas no processo. "Não creio que o nível intelectual dos candidatos seja baixo. Se fosse por isso, eles não seriam aprovados em tribunais de outros estados", ressalta.

Casado, pais de duas filhas, três ne-

tos, nascido em Pires do Rio (GO), o desembargador se diz um apaixonado por Brasília. "E quem se apaixona só vê as virtudes da outra pessoa. Sou assim com Brasília", declara. Entre um cigarro e outro, durante a entrevista exclusiva ao Correio, criticou também a ofensiva contra os fumantes promovida pelo Ministério Público. "Isso é um atentado à liberdade. Esse atentado é extremamente perigoso. As restrições vão se dilatando."

Críticas à OAB e ao MP

Por que os desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal não seguiram a tradição de eleger o desembargador mais antigo, já que o senhor era o segundo dessa lista no último pleito?

Essa é uma questão superada. Fui eleito pela vontade livre e soberana do meu tribunal. Eu não era o mais antigo, mas o tribunal decidiu me eleger como presidente. E eu tive que me submeter a essa decisão. Não me cabe discutir nem indagar porque o tribunal decidiu isso. Não há regra absoluta da antiguidade. O mais antigo é consultado se aceita ser candidato. Pode recusar. Se aceitar, pode ou não ser eleito.

Quais as metas do senhor à frente do Tribunal de Justiça?

Temos problemas sérios que precisam de soluções imediatas. Um deles é o bloco interditado do Fórum desembargador Milton Sebastião Barbosa. Laudo da UnB (Universidade de Brasília) apontou que o prédio pode ser recuperado. Precisamos recuperá-lo para eliminar a dispersão da magistratura de primeiro grau. Temos juizes espalhados por oito pontos diferen-

tes do Distrito Federal. Dependemos da sanção da lei orçamentária pelo presidente da República para sabermos se haverá destinação de verba para a obra. Se necessário, vamos buscar esses recursos. Também pretendemos construir fóruns destinados a juizados especiais em todas as cidades do DF. Se depender de mim, isso será feito até o fim da minha gestão (2008).

O senhor pretende realizar concursos para contratação de novos servidores logo, como prevê lei federal?

Temos uma grande defasagem de servidores. Mas, se fizermos o concurso, não temos onde alojá-los. Enfrentamos um grande dilema: fazer o concurso primeiro ou recuperar o bloco interditado antes? Lamentavelmente, pode haver um atraso no nosso cronograma.

E em relação à falta de juizes, há previsão de realização de um concurso em breve?

Montamos uma nova comissão organizadora de concursos que está elaborando um novo concurso. Ele já foi autorizado. O edital deve sair em breve, nos próximos dias. É

Fotos: Ronaldo de Oliveira/CB



“O EXAME DA ORDEM É UMA EXIGÊNCIA DESCABIDA”

preciso a realização imediata, pois a carência é grande.

No último concurso para juiz, havia 2,3 mil candidatos para 60 vagas, mas só três foram aprovados. O alto índice de reprovação reflete a falta de preparo dos candidatos ou do rigor na avaliação?

Não creio que o nível intelectual

dos candidatos seja baixo. Se fosse por isso, eles não seriam aprovados em tribunais de outros estados, como ocorre. Participei da comissão de quatro concursos como examinador e me deparei com candidatos excelentes. O concurso para ingresso na carreira de magistratura do Distrito Federal sempre foi difícil, mas nunca houve uma aprovação tão baixa. Acho que foi o pior índice. Alguma coisa está errada e a comissão irá detectar o que é.

Então haverá mudanças na metodologia do concurso para juiz?

Quem vai definir isso é a comissão. Ela se dará ao trabalho de detectar onde está a verdadeira causa do baixo aproveitamento de candidatos. Mas é possível que alterações sejam feitas, que os erros sejam corrigidos. Acredito que essa experiência será levada em conta.

E no caso da seleção da Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB), que a cada ano reprova mais bacharéis de Direito?

Não vejo sentindo algum nesse exame da Ordem. É uma exigência descabida. Restringe o direito de livre exercício da profissão, que o título universitário habilita.

E como o senhor avalia as posições da OAB sobre questões nacionais, como denúncias políticas?

Não vejo com simpatia a atuação política da OAB. A Constituição define o advogado como indispensável à administração da Justiça. Portanto, se o advogado integra à Justiça, a atividade político-partidária incompatibiliza essa qualidade do advogado. A Ordem dos Advogados do Brasil deveria se destinar ao conagração da classe, à defesa das prerrogativas dos seus membros.

O senhor pretende seguir carreira política após a magistratura?

Jamais. Eu não sou político, nunca fui, jamais pretendo ser. Eu não tenho vocação para isso. Me sinto realizado como magistrado. Não tenho outras aspirações.

Como o senhor vê os magistrados que deixam os tribunais para concorrer a cargos políticos?

É uma questão estritamente pessoal. No meu caso, jamais, jamais, me enveredarei pela atividade política, mesmo depois de encerrada a minha atividade jurídica.

Como fumante, qual a posição do senhor sobre a ofensiva do Ministério Público do DF para restringir o fumo em restaurantes, bares e shoppings da cidade?

Considero isso um atentado à liberdade. Esse atentado é extremamente perigoso. As restrições vão se dilatando. As pessoas vão ficando mais intolerantes. O homem deve ser agregador sempre.